

Percepções sobre a sexualidade de alunos com deficiência intelectual: um estudo com profissionais da APAE de Paraíso do Tocantins

Perceptions of the Sexuality of Students with Intellectual Disabilities: A Study with Professionals at APAE in Paraíso do Tocantins

Anna Clara Sousa Santos¹

Carolina Barreto Neres²

Mateus Silva Santos³

RESUMO

Introdução: A sexualidade de pessoas com deficiência intelectual ainda é marcada por tabus e pela escassez de abordagens educativas adequadas, podendo comprometer seu desenvolvimento social, afetivo e comportamental. **Objetivo:** Analisar as percepções de profissionais da APAE de Paraíso do Tocantins acerca da sexualidade de alunos com deficiência intelectual e das práticas de educação sexual desenvolvidas na instituição. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, realizada com profissionais diretamente envolvidos no processo educacional dos alunos com deficiência intelectual. A coleta de dados ocorreu por meio de questionários individualizados, visando compreender a percepção dos educadores acerca da sexualidade e das práticas de educação sexual desenvolvidas na instituição. **Resultados:** Participaram do estudo 25 profissionais, com predominância de professores (52%). A maioria apresentou compreensão ampliada da educação sexual (64%) e reconheceu sua importância para o desenvolvimento dos alunos (56%). Além disso, verificou-se associação significativa entre orientação prévia sobre o tema e maior valorização da educação sexual. **Conclusão:** Evidencia-se que a formação e a capacitação dos educadores influenciam positivamente a abordagem da sexualidade, reforçando a necessidade de ações educativas e materiais de apoio que favoreçam uma prática inclusiva e humanizada.

Palavras-chave: Deficiente intelectual; Sexualidade; Abordagem; Instituição.

ABSTRACT

Introduction: The sexuality of individuals with intellectual disabilities is still marked by taboos and a lack of adequate educational approaches, which may negatively affect their social, emotional, and behavioral development. **Objective:** To analyze the perceptions of professionals at APAE in Paraíso do Tocantins regarding the sexuality of students with intellectual disabilities and the sexual education practices developed within the institution. **Methodology:** This descriptive study with a quantitative approach was conducted with professionals directly involved in the educational process of students with intellectual disabilities. Data were collected through individualized questionnaires aimed at understanding educators' perceptions of sexuality and the sexual education practices developed in the institution. **Results:** Twenty-five professionals participated in the study, with teachers representing the majority (52%). Most participants demonstrated a broad understanding of sexual education (64%) and recognized its importance for students' development (56%). Furthermore, a significant association was found between prior guidance on the topic and a greater appreciation of sexual education. **Conclusion:** Professional training and educational support positively influence the approach to sexuality, highlighting the need for educational actions and support materials that promote inclusive and humanized practices.

Keywords: Intellectual disability; Sexuality; Approach; Institution.

¹ Graduando em Medicina. Universidade de Gurupi UnirG, campus Paraíso do Tocantins-TO – ORCID: 0009-0006-8129-8436 – E-mail: anna.c.s.santos@unirg.edu.br

² Graduando em Medicina. Universidade de Gurupi UnirG, campus Paraíso do Tocantins-TO – ORCID: 0009-0005-8622-6856 – E-mail: carolina.b.neres@unirg.edu.br

³ Doutor em Medicina Tropical e Saúde Pública. Docente da Universidade de Gurupi UnirG, campus Paraíso do Tocantins-TO – ORCID: 0000-0001-9392-4947 – E-mail: biomateus07@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade constitui uma dimensão fundamental da vida humana, manifestando-se desde o nascimento e acompanhando o indivíduo ao longo de todo o seu desenvolvimento. Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, influenciado por fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos, abrangendo aspectos relacionados à identidade, afetividade, prazer, intimidade, relacionamentos interpessoais e expressão de sentimentos. Dessa forma, a sexualidade não se restringe à reprodução ou ao ato sexual, mas integra o desenvolvimento integral do ser humano e sua interação com o meio social.¹

As pessoas com deficiência intelectual, assim como qualquer outro indivíduo, vivenciam necessidades afetivas, emocionais e sexuais ao longo da vida. Segundo a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), a deficiência intelectual caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestadas nas habilidades conceituais, sociais e práticas, com início durante o período do desenvolvimento.^{2,3} Entretanto, apesar dos avanços observados nas discussões sobre inclusão e direitos das pessoas com deficiência, a sexualidade dessa população ainda permanece cercada por preconceitos, estigmas e concepções equivocadas.

Historicamente, pessoas com deficiência intelectual foram privadas de exercer plenamente sua sexualidade devido à crença de que seriam incapazes de compreender relacionamentos afetivos, expressar desejos ou tomar decisões relacionadas à vida sexual. Em contrapartida, também são frequentemente associadas a comportamentos considerados inadequados ou excessivamente sexualizados. Essas concepções contribuem para a perpetuação de mitos e para a exclusão dessas pessoas de espaços de diálogo, educação e orientação sexual.⁴

A literatura demonstra que familiares, educadores e cuidadores frequentemente enfrentam dificuldades para abordar questões relacionadas à sexualidade de pessoas com deficiência intelectual. A falta de conhecimento, o receio de estimular comportamentos sexuais e a influência de fatores culturais e religiosos podem resultar na omissão de informações importantes para o desenvolvimento saudável desses indivíduos.⁵ Como consequência, a ausência de orientações adequadas pode comprometer a autonomia, dificultar a compreensão sobre limites corporais e

relacionamentos interpessoais, além de aumentar a vulnerabilidade a situações de abuso, violência sexual, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada.⁶

Além disso, barreiras sociais e atitudes superprotetoras frequentemente limitam as oportunidades de socialização e vivência de experiências afetivas por parte das pessoas com deficiência intelectual. Esse cenário pode restringir o desenvolvimento de habilidades sociais, a construção da identidade sexual e a compreensão de aspectos relacionados ao consentimento, à privacidade e ao autocuidado. Nesse contexto, a educação sexual assume papel fundamental na promoção da saúde, da autonomia, da inclusão social e da qualidade de vida dessa população.⁷

As instituições educacionais desempenham papel relevante nesse processo, uma vez que constituem espaços privilegiados para o desenvolvimento de ações educativas voltadas à sexualidade. Entretanto, a efetividade dessas ações depende diretamente da preparação dos profissionais envolvidos no processo educacional. Educadores, cuidadores e demais profissionais que atuam com pessoas com deficiência intelectual exercem papel essencial na mediação de conhecimentos, na orientação sobre comportamentos socialmente adequados e na promoção do desenvolvimento integral dos alunos.³

Apesar do reconhecimento da importância da educação sexual para pessoas com deficiência intelectual, ainda persistem desafios relacionados à sua abordagem em instituições educacionais especializadas. Estudos apontam que muitos profissionais apresentam insegurança, limitações na formação acadêmica e escassez de capacitações específicas para tratar do tema, o que pode influenciar diretamente suas práticas educativas e a qualidade das orientações oferecidas aos alunos. Além disso, observa-se uma limitada produção científica voltada à compreensão das percepções dos profissionais que atuam diretamente com essa população, especialmente em instituições de educação especial.²

Considerando que educadores, cuidadores e demais profissionais desempenham papel fundamental na promoção do desenvolvimento integral dos alunos e na mediação de conhecimentos relacionados à sexualidade, torna-se relevante compreender como esses indivíduos percebem essa temática e quais fatores influenciam sua abordagem no contexto educacional. Nesse sentido, o estudo teve como objetivo analisar as percepções de profissionais da APAE de Paraíso do Tocantins sobre a sexualidade de alunos com deficiência intelectual e as práticas de educação sexual desenvolvidas na instituição.⁷

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, de delineamento transversal e abordagem quantitativa, realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Paraíso do Tocantins. A coleta de dados ocorreu no mês de novembro de 2025, por meio da aplicação de questionários estruturados aos profissionais da instituição.

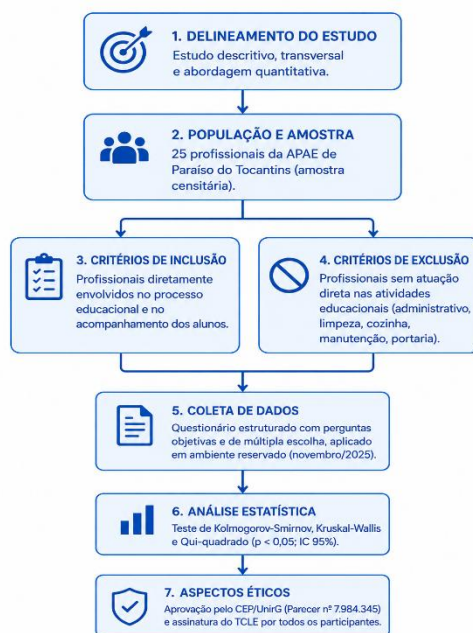


Figura 1: fluxograma contendo a amostra, seleção e instrumento de coleta de dados.

Foram incluídos no estudo profissionais diretamente envolvidos no processo educacional e no acompanhamento de alunos com deficiência intelectual, incluindo professores, psicólogos, cuidadores, monitores e demais colaboradores vinculados às atividades pedagógicas. A inclusão desses participantes teve como objetivo obter uma visão multidisciplinar acerca das percepções sobre a sexualidade de alunos com deficiência intelectual e das práticas de educação sexual desenvolvidas na instituição. Foram excluídos os profissionais sem atuação direta nas atividades educacionais, como funcionários dos setores administrativo, limpeza, cozinha, manutenção e portaria.

A população do estudo foi composta por 25 profissionais. Em virtude do reduzido número de indivíduos elegíveis, optou-se pela utilização de amostra censitária, incluindo todos os participantes que atenderam aos critérios de inclusão. A participação ocorreu de forma voluntária, anônima e mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo-se o respeito aos princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.

A coleta de dados foi realizada em ambiente reservado da instituição, utilizando-se um questionário estruturado composto por perguntas objetivas e de múltipla escolha. O instrumento contemplou variáveis sociodemográficas e profissionais, como função exercida, formação acadêmica e tempo de atuação na instituição, bem como questões relacionadas às percepções dos participantes acerca da sexualidade de alunos com deficiência intelectual, à importância da educação sexual, ao papel da família e dos educadores nesse processo, às dificuldades encontradas na abordagem do tema e à necessidade de capacitação profissional. As respostas obtidas foram organizadas e tabuladas em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel® para posterior análise.

A análise estatística foi realizada por meio de estatística descritiva e inferencial. Inicialmente, avaliou-se a distribuição das variáveis utilizando o teste de Kolmogorov-Smirnov. Em razão da ausência de normalidade dos dados, foram empregados testes não paramétricos. Para comparação entre grupos, utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis, adotando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$) e intervalo de confiança de 95%. O teste do qui-quadrado foi empregado para análise das proporções entre as variáveis estudadas. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos, visando facilitar a interpretação dos achados.

Como limitações do estudo, destacam-se o reduzido número amostral, a realização da pesquisa em uma única instituição e a possibilidade de viés de resposta decorrente de fatores socioculturais relacionados à temática da sexualidade.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Gurupi (UnirG), por meio da Plataforma Brasil, sob parecer consubstanciado nº 7.984.345, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta de dados foi iniciada somente após a aprovação ética da pesquisa.

3. RESULTADOS

A amostra foi composta por 25 participantes, observando-se distribuição heterogênea entre as variáveis analisadas, com concentração de respostas em determinadas categorias das escalas aplicadas. Em relação ao perfil profissional, verificou-se predominância de professores, que corresponderam a 52% da amostra. Em menor proporção, foram identificados cuidadores/monitores e outros profissionais, ambos representando 24% dos participantes.

Quanto ao tempo de atuação na instituição, observou-se que a maioria dos educadores possui experiência prolongada, com 68% relatando mais de seis anos de trabalho na APAE. Esse dado indica um grupo profissional com vivência consolidada no contexto da educação especial. De forma semelhante, a frequência de atuação semanal mostrou-se elevada, com 96% dos participantes atuando cinco ou mais vezes por semana, evidenciando contato contínuo com os alunos.

No que se refere à compreensão do conceito de educação sexual, a maior parte dos participantes demonstrou uma visão ampliada, associando-a à formação de valores e ao respeito pelo próprio corpo e pelo outro (64%). Esse resultado sugere um entendimento que ultrapassa a dimensão biológica, incorporando aspectos sociais e afetivos. Em relação à importância da educação sexual, observou-se que mais da metade dos participantes (56%) a considera essencial para o desenvolvimento dos alunos, evidenciando reconhecimento de sua relevância no processo educativo.

No que diz respeito ao papel da família na educação sexual, houve predominância da percepção de que esta deve assumir a principal responsabilidade pela orientação dos filhos, conforme indicado por 76% dos respondentes. Por outro lado, no que se refere ao papel do educador, a maioria dos participantes (64%) reconhece sua função na promoção do desenvolvimento integral dos alunos, incluindo aspectos relacionados à sexualidade. Quanto à percepção sobre a expressão da sexualidade em pessoas com deficiência intelectual, a maior parte dos educadores considera que ela ocorre de forma semelhante à dos demais indivíduos, embora com particularidades específicas, conforme indicado por 72% dos participantes.

No que se refere à formação dos educadores, observou-se que parte dos participantes recebeu apenas orientação básica antes de iniciar suas atividades, enquanto uma proporção equivalente relatou não ter recebido instrução formal, mas buscou informações

de forma autônoma. Esse dado evidencia lacunas na formação profissional voltada à temática da sexualidade.

Por fim, entre os participantes que responderam à questão sobre a utilidade da instrução prévia, a maioria considerou essa formação muito útil e aplicável à prática profissional (78,9%), reforçando a importância da capacitação adequada para a abordagem da sexualidade no contexto da deficiência intelectual. De modo geral, os dados, obtidos por meio de escalas do tipo Likert, evidenciam padrões distintos de distribuição entre as variáveis analisadas, permitindo uma caracterização descritiva consistente da amostra.

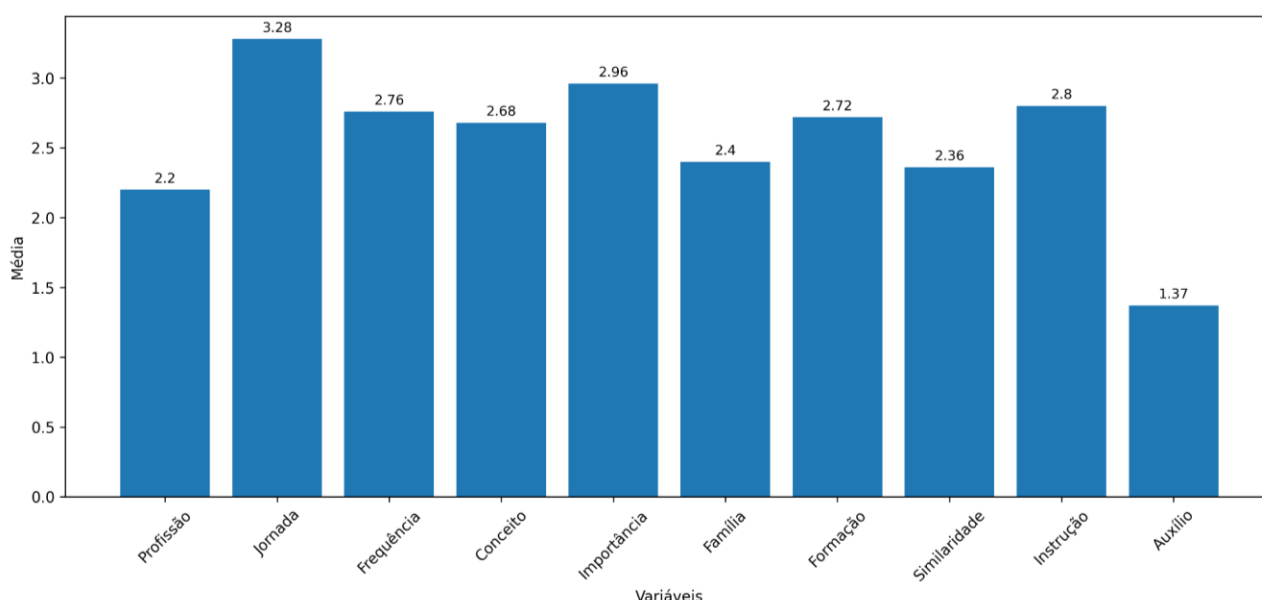


Figura 2: Estatística descritiva das variáveis do estudo (n=25)

Os dados apresentados na figura 3 decorrem da aplicação de testes não paramétricos, técnica selecionada em virtude da natureza ordinal das variáveis e da ausência de normalidade nas distribuições. No que tange à interseção entre a jornada laboral e a periodicidade da prática pedagógica, os índices não revelaram disparidade estatisticamente relevante ($H = 5,21$; $p = 0,074$), constatação que sugere que o volume de horas trabalhadas não atua como condicionante direto sobre o exercício relatado pelos colaboradores. Em contrapartida, detectou-se uma divergência substancial ao confrontar a categoria profissional com a relevância conferida à educação sexual ($H = 6,88$; $p = 0,032$), denotando que a valorização do tema oscila conforme as atribuições exercidas no ambiente institucional.

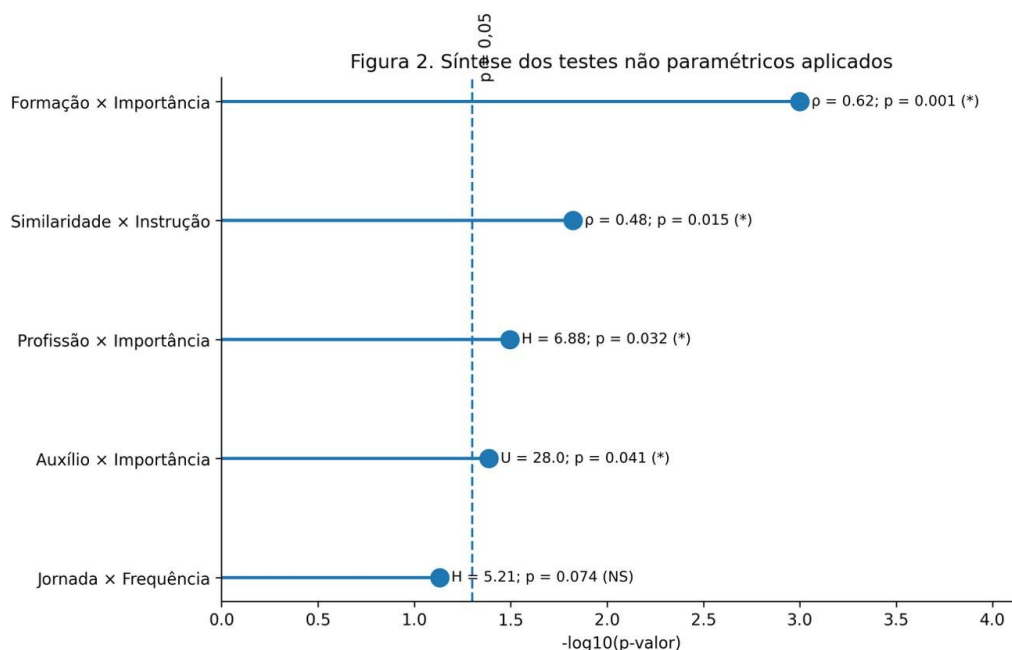


Figura 3. Síntese dos testes não paramétricos aplicados. A linha tracejada representa o ponto de corte para significância estatística ($p = 0,05$). Valores à direita da linha indicam resultados estatisticamente significativos.

De maneira análoga, a investigação sobre o acesso a suporte ou orientações prévias também demonstrou impacto significativo na percepção do assunto ($U = 28,0$; $p = 0,041$), o que permite inferir que o aporte instrutivo é um fator que potencializa o reconhecimento da importância dessa área do saber. Quanto aos coeficientes de associação, verificou-se que o nível de escolaridade está estritamente ligado ao valor atribuído à temática ($p = 0,62$; $p = 0,001$), evidenciando que quanto mais sólida a base acadêmica, maior é o apreço pelo tópico.

Ademais, notou-se que o grau de instrução se correlaciona de forma moderada à compreensão da similaridade na expressão da sexualidade ($p = 0,48$; $p = 0,015$), propondo que o saber adquirido refina a visão dos docentes sobre como indivíduos com deficiência intelectual manifestam seus desejos e afetos. Em suma, o panorama estatístico revela que os pilares da formação continuada e do conhecimento técnico são os principais moldadores das atitudes educativas, enquanto aspectos logísticos, como a carga horária, não exerceram influência preponderante nas variações observadas.

4. DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam uma predominância de profissionais com longa experiência na instituição e alta frequência de atuação semanal, o que sugere um contexto de contato contínuo com os alunos com deficiência intelectual. No entanto, apesar dessa vivência prolongada, observou-se uma lacuna importante na abordagem da sexualidade, evidenciada tanto pelas percepções dos educadores quanto pela distribuição das respostas referentes à formação e instrução prévia. Este perfil de profissionais experientes representa um recurso valioso para implementação de programas de educação sexual, uma vez que a literatura internacional demonstra que a abordagem longitudinal e contínua é fundamental para o desenvolvimento da sexualidade saudável em pessoas com deficiência intelectual.^{8,9}

A predominância de concepções de educação sexual associadas à formação de valores e respeito (64%) indica uma compreensão ampliada do tema. Esta perspectiva alinha-se com a definição da Organização Mundial da Saúde, que conceitua saúde sexual como estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação a sexualidade, requerendo abordagem positiva e respeitosa.¹⁰ Contudo, a ausência de formação estruturada relatada por parte significativa dos participantes sugere que esse entendimento ocorre mais por construções individuais do que por diretrizes institucionais. Estudos internacionais evidenciam que programas eficazes de educação sexual devem ir além da anatomia e fisiologia da puberdade e reprodução, incluindo educação sobre identidade de gênero, orientação sexual, relacionamentos interpessoais, intimidade, tipos de expressão sexual e imagem corporal.^{11,12}

Além disso, a pouca efetivação de práticas voltadas à educação sexual observada neste estudo pode estar relacionada às barreiras culturais e institucionais ainda presentes no ambiente escolar. Embora a maioria dos participantes tenha reconhecido a importância da educação sexual para o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual, essa percepção nem sempre se refletiu em ações concretas. Nesse contexto, Pinheiro et al⁵ destaca que a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual ainda é permeada por mitos, preconceitos e estigmas sociais, o que contribui para dificuldades em abordar o tema de forma aberta e adequada no espaço educacional. Dessa forma, o receio dos profissionais e a permanência de tabus sociais podem favorecer a manutenção de práticas limitadas relacionadas à educação sexual.^{13,14}

Outro achado relevante refere-se à centralização da responsabilidade da educação sexual na família (76%). Embora a literatura reconheça o papel fundamental da família nesse processo, há evidências de que essa responsabilidade não deve ser exclusiva, sendo necessária uma atuação conjunta entre família e escola.¹⁵ No entanto, muitos familiares também apresentam dificuldades em abordar o tema, o que pode resultar em lacunas no desenvolvimento sexual saudável desses indivíduos. Assim, a transferência dessa responsabilidade pode contribuir para a manutenção da pouca abordagem da sexualidade observada na instituição.¹⁶

A percepção dos educadores de que a expressão da sexualidade em pessoas com deficiência intelectual ocorre de forma semelhante à dos demais indivíduos, porém com particularidades, está alinhada com estudos que afirmam que esses indivíduos vivenciam desejos, afetos e necessidades sexuais como qualquer outra pessoa.⁵ Entretanto, quando não há orientação adequada, esses comportamentos podem ser interpretados como inadequados, muitas vezes decorrentes da falta de educação sexual estruturada.¹⁷ Um estudo qualitativo com professores, educadores e conselheiros escolares no Irã revelou ineficiência na manutenção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes com deficiência intelectual devido a conhecimento inadequado, habilidades insuficientes e atitudes negativas, recomendando a inclusão de diretrizes de ensino sexual para adolescentes com deficiência intelectual nas políticas educacionais do país.¹⁸

A insuficiência de instrução prévia identificada neste estudo reforça um dos principais problemas apontados pela literatura: a ausência de capacitação profissional específica. Pesquisas demonstram que a falta de preparo dos educadores resulta em insegurança, evasão do tema e práticas inconsistentes, deixando a abordagem da sexualidade dependente de iniciativas individuais. Esse cenário contribui diretamente para a manutenção da invisibilidade da sexualidade dentro das instituições de educação especial.⁸

A correlação moderada entre instrução e compreensão da similaridade na expressão da sexualidade ($p = 0,48$; $p = 0,015$) sugere que o conhecimento adquirido refina a visão dos educadores sobre como indivíduos com deficiência intelectual manifestam seus desejos e afetos. Nesse sentido, Roden et al¹² apontam que indivíduos com deficiência intelectual leve a moderada são tão propensos à vivência da sexualidade quanto pessoas sem deficiência, embora tenham menor acesso à educação sexual abrangente. Esses

achados reforçam os resultados encontrados, considerando que 72% dos participantes reconheceram essa similaridade, ainda que com particularidades específicas.

Ademais, a baixa abordagem da sexualidade pode contribuir para o aumento da vulnerabilidade de pessoas com deficiência intelectual a situações de risco, incluindo violência sexual. Nesse contexto, a UNESCO destaca que a ausência de educação sexual adequada limita a capacidade desses indivíduos de reconhecer e se proteger de situações abusivas.¹¹ De forma semelhante, Roden et al ¹², assim como Kamaludin et al.¹⁵, reforçam a necessidade de intervenções educativas acessíveis no contexto institucional.

Múltiplos fatores específicos aumentam a vulnerabilidade desta população, incluindo capacidade diminuída de resistir a um ataque, desejo de agradar outras pessoas sem compreensão completa das circunstâncias, dependência de outros para aspectos do cuidado e tomada de decisão, habilidades de comunicação limitadas, maior tolerância à intrusão física, e falta de capacidade de tomada de decisão e habilidades necessárias para desenvolver relacionamentos saudáveis.¹⁵ A Associação Americana de Psicologia destaca que indivíduos com deficiência intelectual são mais vulneráveis ao abuso baseado em conhecimento sexual limitado e crenças de que outros controlam suas experiências sexuais. A ausência de educação sexual adequada contribui diretamente para a vulnerabilidade aumentada através de múltiplos mecanismos.¹⁶

Pesquisas recentes demonstram que programas estruturados de educação afetivo-sexual, como o SALUDIVERSEX, aumentam significativamente o conhecimento sobre sexualidade e reduzem a vulnerabilidade ao abuso sexual em pessoas com deficiência intelectual. Da mesma forma, o SALUDIVERSEX-M demonstrou eficácia na ampliação do conhecimento e na redução de comportamentos sexualmente desinibidos.^{19,20} Esses achados reforçam a relevância dos resultados encontrados entre os educadores da APAE de Paraíso do Tocantins, especialmente no que se refere à compreensão ampliada da sexualidade e ao reconhecimento de sua importância no desenvolvimento dos alunos. Assim, evidencia-se que, apesar das lacunas relacionadas à capacitação profissional e à ausência de práticas institucionais estruturadas, existe um cenário favorável para a implementação de programas de educação sexual baseados em evidências, capazes de promover autonomia, proteção e desenvolvimento saudável das pessoas com deficiência intelectual.¹⁹

Entretanto, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados, especialmente devido ao reduzido número amostral e à realização da pesquisa em uma única instituição, fatores que limitam a generalização dos achados e reduzem o poder estatístico das análises. Além disso, as variáveis investigadas foram predominantemente categóricas e ordinais, obtidas por meio de questionários estruturados, o que exigiu a utilização de testes estatísticos não paramétricos, como Kruskal-Wallis e correlação de Spearman. Embora adequados ao tipo de dado e ao tamanho da amostra, esses testes possuem menor sensibilidade para identificar associações mais sutis quando comparados aos testes paramétricos. Também deve ser considerada a possibilidade de viés de resposta, em razão de influências sociais, culturais e constrangimentos relacionados à temática da sexualidade.

Dessa forma, os resultados reforçam que a limitada abordagem da sexualidade na APAE investigada está relacionada à ausência de formação adequada dos profissionais, à presença de tabus socioculturais e à indefinição das responsabilidades entre família e escola. Esses fatores contribuem para práticas insuficientes de educação sexual voltadas às pessoas com deficiência intelectual, evidenciando a necessidade de ampliar as discussões sobre sexualidade na educação especial e desenvolver estratégias educativas mais estruturadas e acessíveis. Além disso, destaca-se a importância de novas pesquisas com amostras maiores e metodologias mais robustas, permitindo avaliar de forma mais ampla os impactos dessas intervenções no desenvolvimento e na inclusão social desse público.^{11,13}

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciaram que os profissionais da APAE de Paraíso do Tocantins reconhecem a importância da educação sexual para alunos com deficiência intelectual e compreendem que a sexualidade constitui parte integrante do desenvolvimento humano dessa população. Entretanto, foram identificadas limitações relacionadas à formação e à capacitação específica para a abordagem da temática, além de inseguranças e desafios que podem dificultar sua inserção de forma sistemática no contexto educacional. Observou-se ainda que os participantes percebem as pessoas com deficiência intelectual como indivíduos capazes de vivenciar relações afetivas e expressar sua sexualidade, embora com necessidades específicas de orientação relacionadas ao autocuidado, aos limites sociais e aos relacionamentos interpessoais. Os achados

reforçam a importância da capacitação continuada dos profissionais e do fortalecimento da parceria entre instituição, família e demais espaços de convivência para a promoção de uma educação sexual inclusiva, humanizada e baseada em evidências. Como contribuição prática deste estudo, foi elaborado um material educativo destinado a familiares, educadores e demais membros da comunidade, com orientações voltadas à abordagem da sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, visando subsidiar ações educativas, ampliar a conscientização sobre a temática e contribuir para a promoção da autonomia, da inclusão social e da qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIAS

1. Maia A. *Sexualidade e deficiências*. São Paulo: Editora Unesp; 2006.
2. Amaral MC. *Sexualidade e deficiência mental: impacto de um programa de orientação para famílias*. 2004.
3. Schalock RL, Luckasson R, Tassé MJ. Intellectual disability: definition, diagnosis, classification, and systems of supports. 12th ed. Washington (DC): American Association on Intellectual and Developmental Disabilities; 2021.
4. Veltrone AA, Mendes EG. Descrição das propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual. *Paidéia* (Ribeirão Preto). 2011;21(50):413-421.
5. Pinheiro SNS. *Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas*. *Psicol Esc Educ*. 2004;8:199-206.
6. Giami A, D'Allonnes CR. O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes mentais pelos pais e educadores. In: *A negação da diversidade*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socius; 1984. Pinheiro SNS. *Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas*. *Psicol Esc Educ*. 2004;8:199-206.
7. Lipp MN. *Sexo para deficientes mentais. Sexo e excepcional dependente e não dependente*. 4. ed. São Paulo: Cortez; 1988.
8. OLIVEIRA, L. R.; SANTOS, E. S. Educação sexual na deficiência intelectual: percepção de educadores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 28, e0212, 2022.
9. ROWN, M.; McCANN, E.; TRUESDALE, M.; LINDEN, M.; MARSH, L. The design, content and delivery of relationship and sexuality education programmes for people with intellectual disabilities: a systematic review of the international evidence. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 20, p. E7568, 2020. DOI: 10.3390/ijerph17207568.
10. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Sexual health, human rights and the law*. Geneva: WHO, 2015.
11. UNESCO. *Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências*. Paris: UNESCO, 2018.
12. RODEN, R. C.; SCHMIDT, E. K.; HOLLAND-HALL, C. Sexual health education for adolescents and young adults with intellectual and developmental disabilities: recommendations for accessible sexual and reproductive health information. *The Lancet Child & Adolescent Health*, v. 4, n. 9, p. 699-708, 2020. DOI: 10.1016/S2352-4642(20)30098-5.
13. SOUZA, M. C.; GOMES, R. A sexualidade da pessoa com deficiência intelectual: entre o tabu e o direito. *Revista Exitus*, Santarém, v. 13, n. 1, 2023.

14. SILVA, A. P.; FONSECA, L. M. Educação sexual para pessoas com deficiência intelectual: desafios e perspectivas. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 36, p. 1-20, 2023.
15. KAMALUDIN, N. N.; MUHAMAD, R.; MAT YUDIN, Z.; ZAKARIA, R. Barriers and concerns in providing sex education among children with intellectual disabilities: experiences from Malay mothers. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 3, p. 1070, 2022. DOI: 10.3390/ijerph19031070.
16. AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION et al. APA Task Force on Guidelines for Assessment and Intervention with Persons with Disabilities.(2022). **Guidelines for assessment and intervention with persons with disabilities**, 2022.
17. MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. *Educação sexual e deficiência intelectual: desafios e possibilidades*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.
18. GOLI, S.; RAHIMI, F.; GOLI, M. Experiences of teachers, educators, and school counselors about the sexual and reproductive health of educable intellectually disabled adolescent girls: a qualitative study. *Reproductive Health*, v. 19, n. 1, p. 96, 2022. DOI: 10.1186/s12978-022-01397-8.
19. GIL-LLARIO, M. D.; MORELL-MENGUAL, V.; FERNÁNDEZ-GARCÍA, O.; ESTRUCH-GARCÍA, V.; BALLESTER-ARNAL, R. SALUDIVERSEX: a quality of life and sexual health intervention for adults with mild intellectual disabilities. *Journal of Intellectual Disabilities*, v. 28, n. 4, p. 909-924, 2024. DOI: 10.1177/17446295231196258.
20. ESTRUCH-GARCÍA, V.; GIL-LLARIO, M. D.; FERNÁNDEZ-GARCÍA, O.; BALLESTER-ARNAL, R. An affective-sexual education program for people with moderate intellectual disabilities: analysis of its effectiveness in the Spanish context. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, v. 57, n. 1, p. 95-103, 2025. DOI: 10.1111/psrh.12291